

**PENSAMENTO MODERNIZADOR NO BRASIL IMPERIAL
- AINDA SOBRE O LUGAR DAS IDÉIAS LIBERAIS**

Lupércio Antonio Pereira *

Resumo: Captar as incoerências e contradições dos liberais no passado tem sido um dos esportes preferidos de muitos historiadores e cientistas sociais brasileiros. Com isso, desqualifica-se e diminui-se o papel representado pelos liberais e pelo liberalismo na história do Brasil imperial. Entendemos que essa interpretação de que o liberalismo foi uma “idéia fora de lugar” na história do Brasil padece de uma fragilidade que compromete a compreensão do fenômeno representado pelas idéias liberais no Brasil. A raiz dessa fragilidade está no procedimento desses autores de comparar o Brasil com um modelo de sociedade liberal burguesa que, a rigor, não existia contemporaneamente sequer nos países mais desenvolvidos do mundo Ocidental. Compara-se, portanto, uma sociedade concreta, a brasileira, com um modelo abstrato e idealizado de sociedade liberal burguesa. Trata-se, portanto, de um procedimento anacrônico: toma as práticas políticas possíveis ou necessárias em uma época histórica para jogá-las em outra época. Mas há um outro problema grave nessa interpretação: limitar a análise às forças sociais em presença no território do Estado-nação, ignorando o potencial transformador de forças sociais extraterritoriais.

Palavras-chave: idéias liberais; modernização; Brasil imperial.

**MODERNIZING THOUGHT IN IMPERIAL BRAZIL:
YET AGAIN ABOUT THE PLACE OF THE LIBERAL IDEAS**

Abstract: To capture the incoherence and contradictions of the liberal men in the past has been one of the main sports of the Brazilian historian and social scientists. Such fact, disqualify and decrease the role of the liberal men and of the liberalism during the imperial Brazilian history. We understood that the interpretation at which the liberalism in the Brazilian history was an “misfit idea” endure a fragility which compromises the comprehension of the phenomenon represented by the action of the liberal ideas in Brazil. The root of this fragility is on the procedure of those authors to compare Brazil with a liberal bourgeois society model that, strictly, did not exist contemporary not even in the more developed countries of the Occident. Therefore, it is made a comparison of a concrete society, the Brazilian one, with an abstract and idealized model of a liberal bourgeois society. The main problem of this procedure, consequently, consists on its anachronism: Takes the possible or necessary political practices from a historical period and throw it in another one. The purpose of this communication is to show that there are other possibilities to interpret the role performed by liberalism in the Brazilian history.

Key-words: liberal ideas; modernization; Imperial Brazil

*Doutor em História Social pela USP
Professor da Universidade Estadual de Maringá
e-mail: lupantonio@uol.com.br

O objetivo dessa comunicação é mostrar que há outras possibilidades de interpretar o papel desempenhado pelo liberalismo na história do Brasil.

Para romper com os esquemas de análise que tomam o liberalismo como “idéia fora do lugar” na realidade brasileira do século XIX, é necessário partir de um questionamento de cunho metodológico.

Desde muito tempo firmou-se como princípio inquestionável que a história brasileira está, desde sua origem, intimamente relacionada às vicissitudes da história dos povos ocidentais. Em termos metodológicos, portanto, toma-se a **totalidade** (a expansão comercial e marítima dos povos europeus) como ponto de partida para se entender o **particular e o específico** (a formação histórica do Brasil). Tomemos, como ilustração do que estamos dizendo, o procedimento metodológico adotado por Caio Prado Júnior.

Assim como Aristóteles havia estabelecido que “o todo deve preceder às partes” e que não se entenderia a natureza e a função de uma mão se esta fosse vista como algo separável do corpo (ARISTÓTELES, 1986: 681), também Caio Prado Júnior firmou o princípio de que a formação histórica do Brasil, desde suas origens e posterior desenvolvimento, deve ser vista como um detalhe do imenso painel histórico formado pela expansão comercial e marítima dos povos europeus na era moderna. Vejamos, com as próprias palavras do autor, com que clareza ele coloca esse procedimento metodológico:

precisamos reconstituir o conjunto de nossa formação colocando-a no amplo quadro (...) destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso. Realmente, a colonização portuguesa da América não é um fato isolado (...) É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. (PRADO JÚNIOR, 1972: 17)

Depois de Caio Prado, esse procedimento de vincular a história do Brasil à história do mundo Ocidental ganhou a força de um modelo canônico. Em Celso Furtado, por exemplo, a formação econômica do Brasil é o resultado de um complexo processo em que se entrelaçam de modo estreito **fatores externos** (revolução comercial, revoluções político-religiosas européias, guerras entre as potências européias, inovações tecnológicas, revolução industrial, demanda externa por produtos coloniais, etc.) e **internos** tais como história pré-colombiana, meio físico (clima, relevo, vegetação, hidrografia, características do solo), a estrutura produtiva montada

pelo colonizador, a formação de grupos de interesses coloniais e depois nacionais ou regionais, decisões políticas tomadas pela camada dirigente, etc (FURTADO, 1967).

O mesmo procedimento é seguido também por Fernando Novais em seus importantes trabalhos sobre a gênese, desenvolvimento e crise do Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 1969, 1986, 1985). Também para este autor, a evolução da história brasileira só ganha inteligibilidade se vinculada às vicissitudes da história do mundo Ocidental. O método e até mesmo a linguagem são muito parecidos ao modelo canônico inaugurado por Caio Prado, conforme se pode ver no trecho transcrito a seguir:

A história do Brasil, nos três primeiros séculos, está intimamente ligada à da expansão comercial e colonial européia na época moderna. Parte integrante do império ultramarino português, o Brasil colônia refletiu, em todo o largo período da sua formação colonial, os problemas e os mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial lusitana. Por outro lado, a história da expansão ultramarina e da exploração colonial portuguesa se desenrola no amplo quadro da competição entre as várias potências, em busca do equilíbrio europeu; desta forma, é na história do sistema geral de colonização européia moderna que devemos procurar o esquema de determinações dentro do qual se processou a organização da vida econômica e social do Brasil na primeira fase de sua história, e se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro. (NOVAIS, 1969: 47)¹

Essa forma de encarar a história do Brasil teve desdobramentos serviu de paradigma para a interpretação da história brasileira do período posterior à independência política. No **sentido da colonização** e nas **estruturas** herdadas da fase colonial estariam os germes do atraso e do subdesenvolvimento, germes que encontraram campo fértil para seu desenvolvimento nas relações do país com o exterior, vale dizer, com os países industrializados. Deste modo, para a historiografia das décadas de 60 e 70, fortemente impregnada pela teoria da dependência então em voga, não se via na vinculação do Brasil ao mercado mundial senão as causas do atraso e continuidade da dependência da economia nacional aos centros hegemônicos do capitalismo mundial, além de constituírem instrumento de reforço do conservadorismo das camadas dirigentes.²

Quando se sai do campo econômico e transita-se para o campo das idéias, também o mundo exterior continua sendo uma referência explicativa da história brasileira, mas apenas

¹Essa idéia é recorrente, também, no livro editado em 1985, citado na nota anterior. Para Novais, se a montagem do Antigo Sistema Colonial estava ligada aos sucessos da história européia da época moderna, também a sua crise e dissolução estariam indissolúvelmente ligadas a eventos que tinham a Europa Ocidental como epicentro, ou seja, a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial e o cortejo de transformações de toda ordem que este último implica.

² Numa de suas variantes mais sofisticadas, como a de CARDOSO E FALETO (1981), a Teoria da Dependência conseguia vislumbrar, nas relações do Brasil com o mundo industrializado, alguma possibilidade de desenvolvimento, mas tratar-se-ia de um desenvolvimento dependente ou subordinado.

como uma espécie de valor referência para se medir a distância entre a sociedade brasileira e as sociedades dos países desenvolvidos no que diz respeito à aplicação prática dos princípios liberais. Dessa comparação resulta sempre uma visão extremamente negativa da elite dirigente brasileira: conclui-se que ela ou não é sincera em sua adesão ao liberalismo (NOGUEIRA, 1984) ou é ridícula e participante de uma farsa (SCHWARZ, 1981, 1988, 1990), ou faz uso apenas instrumental de alguns aspectos do liberalismo — o *laissez faire*, por exemplo (FRANCO, 1976; COSTA, 1966, 1969, 1975) ou, então, admite-se até que pode haver sinceridade de parte da camada dirigente em sua adesão ao reformismo liberal, mas essa vontade de mudar esbarra nas poderosas estruturas herdadas da fase colonial (HOLLANDA, 1977, 1990), de maneira que seria **impossível a coerência** entre o discurso e a prática política dos liberais brasileiros (JANOTTI).

Visto dessa maneira, parece que não haveria mesmo saída para o liberalismo: quando há sinceridade, ele é impotente; quando não é totalmente inútil serve apenas para perpetuar o atraso interno e a dependência externa; quando não é uma coisa nem outra, só serviria para mostrar o lado ridículo e cômico de camada dirigente.

Entendemos que há uma outra possibilidade de leitura do papel representado pelo liberalismo na história do Brasil. Do ponto de vista metodológico, partimos do conceito elaborado por Marx e Engels de que, a partir das modernas relações de troca advindas da Revolução Industrial, a história humana adquire uma dimensão mundial.

quanto mais o isolamento primitivo das diferentes nacionalidades é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho que surge de maneira natural entre as diferentes nações, tanto mais a história se torna uma história mundial. Assim é que se inventa, por exemplo, na Inglaterra uma máquina que, na Índia ou na China, rouba o pão a milhares de trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invento se torna um fato da história mundial. (MARX E ENGELS, 1979: 71).

Colocada essa nova perspectiva de análise, tomemos como exemplo a obra de Tavares Bastos, um dos mais conseqüentes publicistas liberais brasileiros do período imperial. A escolha de Tavares é bastante pertinente ao caso porque a sua obra é considerada por Oliveira Viana como a expressão máxima do deslocamento mental de nossas elites (VIANA, 1987: 15), interpretação que é compartilhada em linhas gerais por SANTOS (1978: 97).

Entendemos que a obra de Tavares Bastos não pode ser plenamente inteligível se a análise de sua ação e de sua obra restringir-se aos limites da história nacional brasileira. Dentro desses limites a equação ficaria incompleta, pois faltaria um dos seus elementos essenciais de

seu pensamento e de seu projeto de modernização do Brasil, derivando daí a impressão de tratar-se de um pensamento descolado da realidade. Esse elemento é a imensa força transformadora representada pela imigração européia.

Do ponto de vista metodológico, adotamos o mesmo procedimento seguido por Caio Prado Júnior e seguidores de vincular a história brasileira à história-mundo, com a diferença de que, na nossa leitura, na vinculação do Brasil com o mundo exterior estava inscrita a possibilidade de desenvolvimento. E Tavares Bastos era a expressão mais lúcida e consciente dessa possibilidade.

Se, para a historiografia influenciada pela teoria da dependência, as relações do Brasil com o mundo exterior na base do livre-câmbio reproduziriam o subdesenvolvimento ou a subordinação da economia brasileira às “economias centrais”, para Tavares Bastos a abertura para o exterior era um fator de mudança social e a condição indispensável para abreviar o caminho do país rumo à modernização. Era a **possibilidade de se queimar etapas, de acelerar o tempo de maturação das novas sociedades do continente americano.**

Entendemos, pois, que o elemento chave que confere consistência histórica ao discurso de Tavares Bastos é exatamente identificar essas forças extraterritoriais como a base de seu projeto de transformação da sociedade brasileira. É sua visão livre-cambista que lhe permite ver essas forças externas (imigrantes, capitais, a cultura técnica dos povos industriais) não como inimigas, mas como aliadas, ou melhor, como instrumentos de transformação da sociedade brasileira. Colocada sob esse novo ângulo, a obra de Tavares Bastos não pode mais ser lida como um pensamento suspenso no ar, como havia colocado Oliveira Viana.

Para Tavares Bastos, as relações do Brasil com o exterior, especialmente com os países ricos do Ocidente industrializado, não se resumiam às transações comerciais e financeiras como empréstimos, venda de “produtos primários” (para usar uma linguagem cara à referida historiografia) e compra de manufaturados.

Para além das meras transações comerciais e financeiras, ele divisava na Europa excessos de capitais e de força de trabalho que poderiam vir a fecundar o desenvolvimento dos países do Novo Mundo.

Entretanto, se tinha consciência do valor estratégico da imigração européia, Tavares Bastos sabia também que, para provocar uma mudança real e a curto prazo, a chegada de novos imigrantes não poderia ocorrer em doses homeopáticas. Neste caso, o número faria a diferença. Tavares Bastos sabia que só a imigração em massa poderia alterar a paisagem social e mudar os costumes do Brasil. Recebidos em pequeno número, os imigrantes europeus acabariam absorvidos pelo caldo de cultura tupiniquim, cedendo a todos os “vícios” locais, sobretudo o

de utilizar trabalhadores escravos. Em pouco tempo tornar-se-iam tão “vadios e desleixados” quanto os nacionais, conforme já alertava José Bonifácio em 1823

ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar a terra com seus próprios braços. E logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiagem e desleixo pelos caprichos de um falso pundonor. As artes não se melhoram, as máquinas que poupam braços e pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes são desprezadas. Causa raiva ou riso ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas, com dois bois ou duas bestas muars. (SILVA, 1988: 67)³

Portanto, abrir o país e torná-lo atraente aos trabalhadores e aos capitais que as tensões sociais e a exacerbação da concorrência expulsavam da Europa, era o meio vislumbrado por Tavares Bastos para abreviar o tempo para o Brasil atingir a maturidade necessária ao desenvolvimento da indústria. Assim, ao contrário do que colocou a historiografia influenciada pelo nacionalismo e pela teoria da dependência (LIMA, 1976), Tavares Bastos era, a seu modo, um defensor de uma forma talvez mais eficiente⁴ para o desenvolvimento industrial do país do que o imediatismo dos chamados industrialista. Neste sentido, o livre-cambismo professado por ele não seria nem um elemento adicional e nem o ponto frágil, mas a própria *pièce de résistance* de seu projeto.

Na época vivida por Tavares Bastos (1839-1875), a opção de abrir-se ou fechar-se em relação ao exterior era de importância capital para o futuro do país. Face às grandes forças em movimento na história daquele momento, o país poderia escolher basicamente três caminhos. Um fechamento total, uma abertura parcial ou uma abertura corajosamente ampla. Naquele

³ Para prevenir o contágio dos colonos estrangeiros pelos hábitos brasileiros, o governo, tanto na Monarquia quanto no período republicano, procurou restringir o número de naturais do país que poderiam participar dos núcleos coloniais. O historiador Oberacker Jr. nos informa que, por uma lei promulgada em 1907, o governo republicano limitou em 10% a proporção de lotes dos núcleos coloniais que poderiam ser vendidos a brasileiros. Cf. OBERACKER JR., Carlos H. - “A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola”. In.: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, 3º volume, p. 225.

⁴ Devido ao grande número de imigrantes que ocorreu para o Brasil a partir do final do século XIX, por volta de 1920 já havia pensadores nacionalistas preocupados com os perigos que rondavam a “alma nacional”, ameaçada de se “desfigurar” ante a multiplicação indiscriminada de “quistos estrangeiros” no país. A eclosão da 1ª Guerra Mundial e o aumento da imigração ao seu final produziu no país temor quanto aos “perigos alemão e italiano”, conforme se pode ver num ensaio escrito em 1920, cujo autor já alertava também contra o “perigo amarelo, que vai sorratamente ganhando impulso” (NIEMEYER, 1920: 49). Hoje já se sabe que, junto com os “perigos” italiano, alemão e “amarelo” veio também a expansão de novas fronteiras agrícolas, a urbanização, a formação do proletariado moderno, a ampliação da classe média, a formação de capitais excedentes que procuravam investimento fora da agricultura, a ampliação do mercado interno e, por fim, a própria indústria. A posição deste autor serve novamente de ilustração à nossa tese de que, nas condições brasileiras do século XIX, o projeto livre-cambista, por seu destemor de abrir o país para acolher praticamente tudo que viesse dos países industrializados, poderia ter mais eficácia que o projeto nacionalista, que tende a olhar com desconfiança o adventício, principalmente se este vier em grandes levas.

momento era dada, aos países novos da América, a possibilidade histórica de escolherem crescer mais lentamente com suas próprias forças ou abrir-se para as forças sociais extraterritoriais para queimarem etapas no seu processo de desenvolvimento.

Essa opção era tão real que, na mesma época de Tavares Bastos, na Argentina fazia-se a mesma discussão e formulavam-se projetos de transformação muito parecidos ao de Tavares Bastos, conforme se pode ler nas obras de Alberdi e Sarmiento. Ambos estes pensadores e estrategistas políticos argentinos fizeram da abertura total da Argentina para receber imigrantes a pedra fundamental de seus projetos de (re) construção nacional.

Sarmiento, por exemplo, adotou o lema “governar é povoar” e povoar, para ele, significava atrair para a Argentina as massas de emigrantes expelidos da Europa.(SARMIENTO, 1994: 145, 275, 276). A proposta de Alberdi é semelhante, conforme se pode verificar em seu clássico trabalho sobre a reorganização constitucional da Argentina. Neste trabalho, encontramos uma expressão que sintetiza todo o seu projeto de reforma. Para ele, tratava-se de criar na Argentina uma “**Constituição absorvente**, atraente e dotada de tal força de assimilação que faça seus quantos forem os elementos que se acerquem do país; uma Constituição calculada especial e diretamente para dar 4 ou 6 milhões de habitantes em poucos anos.” (ALBERDI,1994: 104, grifo nosso)

Essa semelhança de estratégia de transformação social entre Tavares Bastos e aqueles pensadores e político-militantes argentinos também reforçou a nossa hipótese de que o que levou muitos autores brasileiros a conceberem o liberalismo como idéia desventurada em terras de escravos e de agregados é, justamente, o fato de estes últimos considerarem como forças sociais apenas aquelas existentes no país, ignorando-se o potencial transformador que os liberais vislumbravam no espaço extraterritorial do Estado-nação.

É o universalismo da concepção liberal que lhe faculta esse olhar mais abrangente e a identificação dessas forças de transformação extraterritoriais. A concepção nacionalista também não é cega nem ingênua a ponto de ignorar esses movimentos da história mundial, mas é da sua natureza desconfiar daquilo que não é nacional e, por essa razão, seus partidários não têm o desassombro para apostar em forças externas como elementos básicos de um projeto de transformação.

Para Tavares Bastos, não se tratava simplesmente de atrair europeus como sucedâneos do trabalho escravo, como pretendiam os fazendeiros, mas um reforço de população já educada na escola da civilização européia e que, se fosse atraída em grandes levas, poderiam realmente fazer o brasileiro trocar de alma. Com isso, queria promover uma revolução completa no país, inclusive no aspecto cultural.

A importância que Tavares Bastos dava a esse projeto era tamanha que todas as reformas que propôs em sua obra estavam subordinadas a um único fim: tornar o país atrativo para o imigrante europeu. Essa idéia é obsessiva em seus escritos.

Se quer reformar a educação, é porque a reforma é necessária para a imigração, pois, em sua concepção, o europeu não iria para um país sem escola; se propõe a construção de uma rede ferroviária, é porque a imigração depende dela; se luta pelo casamento civil, é porque considera-o imprescindível para atrair o imigrante protestante; se propõe o imposto territorial, é porque julga que os latifúndios improdutivos repelem o imigrante; se propõe algumas reformas na lei de terras, é porque julga-as necessárias para facilitar o acesso do imigrante às terras públicas; se advoga a liberalização da lei de naturalização, é porque julga-a imprescindível ao interesse do imigrante; se propõe a descentralização política, é porque avalia que isto deixará o Estado mais ágil para as tarefas que lhe cabem no esforço de atualização do país, para colocá-lo em pé de igualdade com outras nações concorrentes na atração de imigrantes. Enfim, a leitura de suas obras revela que nenhuma idéia importante discutida ou proposta por ele está desligada do projeto imigrantista. Essa idéia organiza todas as demais.

Tendo em vista que a imigração em massa não era uma criação fantasiosa da cabeça de Tavares Bastos, mas uma força histórica real (QUEIROZ, 1979), responsável pela formação e rápido desenvolvimento de países como Estados Unidos, Canadá, Austrália, cujo fluxo estava em aumento na época em que ele viveu, não se pode tomar o seu liberalismo como idéia fora de lugar nem, como colocou REGO (1989), como idéia extemporânea. Seu projeto liberal de transformação social estava, portanto, firmemente alicerçado na realidade porque projetou uma reforma modernizadora da sociedade brasileira e identificou corretamente a base social em que se apoiar para realizar esse projeto. Neste sentido, quando se avalia a proposta liberal de Tavares Bastos mediante um confronto com a realidade de sua época, por realidade deve-se entender, como ele próprio já alertou, também o mundo que estava “além do Pão de Açúcar”, assim como Marx e Engels já haviam alertado os idealistas alemães de que havia um mundo para além da Feira de Livros de Leipzig.

Sendo assim, somente aqueles que tomam o conceito de realidade num sentido restrito (isto é, circunscrito ao Estado-nação) podem conceber o liberalismo como uma idéia inadequada ao Brasil do século XIX ou, então, como uma ideologia que tendia a reforçar as relações de dominação dos proprietários agrários. Na variante representada por Tavares Bastos, o liberalismo foi uma idéia força que pôde atuar eficazmente no sentido da transformação da paisagem social do Brasil de finais do século XIX e início do século XX.

Referências bibliográficas

- ALBERDI, Juan Bautista . Fundamentos da Organização Política da Argentina. Editora da UNICAMP, 1994
- ARISTÓTELES. “Política”. In.: Obras. Trad. Espanhola. Madrid, Aguilar, 1986. P. 681
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica. R.J., Zahar,1981.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à colônia. SP, DIFEL, 1966.
- _____. Introdução ao Estudo da emancipação política. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. SP, DIFEL, 1969.
- _____. “Liberalismo e democracia”. ANAIS DE HISTÓRIA. Assis, V. 7, 1975.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As idéias estão no lugar”. CADERNOS DE DEBATES. SP, Vol. 1, 1976.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. SP, Companhia Editora. Nacional, 1967.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira, (O Brasil Monárquico), vol. I, Tomo II, SP, DIFEL, 1977.
- _____. Raízes do Brasil. 21ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. “A impossível coerência. Um liberal do século XIX: João Francisco Lisboa”. SP, ANAIS DO MUSEU PAULISTA, 30: 197/210.
- LIMA, Heitor Ferreira. História do pensamento econômico no Brasil. SP, Cia. Editora Nacional, 1976.
- LISBOA, José da Silva (Visconde de). Estudos do Bem-Comum e Economia Política. RJ, IPEA/INPES, 1975.
- MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. SP, Ciências Humanas, 1979.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. SP, Editora Escriba, 1968
- MERCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil. R.J., Civilização Brasileira, 1972.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As Desventuras do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. R.J., Paz e Terra, 1984.
- NOVAIS, Fernando Antonio. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em Perspectiva. SP, DIFEL, 1969.
- _____. Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial. SP, Brasiliense, 1986
- _____. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777/1808. SP, HUCITEC, 1985.
- PONTES, Carlos. Tavares Bastos (Aureliano Cândido) - 1839/1875. RJ., Cia. Editora Nacional, 1939.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. SP, Brasiliense, 1972
- QUEIROZ, Eça de. A Emigração como força civilizadora. Lisboa, Perspectiva & Realidades, 1979.
- RÊGO, Walkiria G. Domingues Leão. Um liberalismo tardio (Tavares Bastos, reforma, federação). SP., Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1989 (Tese de doutorado, mimeog.)
- _____. Tavares Bastos e Oliveira Vianna: um contraponto. IN.: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim de (Orgs.) - O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ordem burguesa e liberalismo político. SP., Duas Cidades, 1978.
- _____. Paradoxos do Liberalismo. RJ., Vértice/IUPERJ, 1988.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo o civilización y barbarie*. Barcelona, Edicomunicación, 1995.

SCHWARZ, Roberto. "Complexo, Moderno, Nacional e Negativo". IN: *Novos Estudos CEBRAP*, vol. I, n. 1, dezembro/1981.

_____. *Ao vencedor as batatas*. SP, Duas Cidades, 1988.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. SP, Duas Cidades, 1990.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. "Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil". In: *Memórias sobre a Escravidão*. RJ, Arquivo Nacional, 1988.

TAVARES BASTOS, Aureliano C. de. *Cartas do Solitário*. SP, Brasília, Cia. Editora Nacional/INL, 1975.

_____. *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil*. SP/Brasília, Cia. Editora Nacional/INL, 1975.

_____. *Discursos Parlamentares*. Brasília, Senado Federal, 1977.

_____. *O Valle do Amazonas*. 2a. ed. RJ, Cia. Editora Nacional, 1937.

_____. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. SP/ Brasília, Cia. Editora Nacional/INL, 1976.

_____. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*. Brasília, Senado Federal, 1977.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. SP/RJ, Edusp/Universidade Federal Fluminense, 1987.